

DS

ARTIGO

O PARADOXO DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA MUNDIAL E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para o ensino brasileiro, maio representa o momento da retomada dos grandes fóruns de discussão do setor, a começar pelo XIV CBESP, que é o primeiro Congresso Brasileiro de Educação Superior Presencial após a crise sanitária. Realizado na primeira semana do mês, em Florianópolis, Santa Catarina, reuniu as principais associações representativas para debater o tema “Criatividade e inovação na construção da educação superior pós-pandemia”.

Ainda em maio, na cidade de São Paulo, acontece a Bett Brasil, a maior feira de educação básica do país, do infantil ao ensino médio, no Transamerica Expo Center, com espaço para debates e palestras. Neste caso, os temas versam sobre inclusão, diversidade, competências socioemocionais e perspectivas.

Em ambos os casos não vemos pautas centrais como Realidade Virtual, Realidade Aumentada, Mediação Coletiva e até mesmo um modelo de educação contínua, conhecido como o conceito “long life learning”, traduzido do inglês para aprendizado ao longo da vida. Isso escancara que a nossa vivência está muito distante da inovação e da tecnologia aplicada, seja lá em qual nível educacional for.

Enquanto avança a educação modular, aplicada em pílulas de saberes e voltadas ao mundo real e ao mercado de trabalho, caminhamos a passos lentos na reforma do ensino médio, com trajetórias e trilhas formativas coletivas a serem escolhidas pelos alunos.

No ensino superior não é muito diferente. Não bastasse a segregação entre modelo presencial e EaD, agora se convencionou criar um monstinho denominado híbrido. Aqui é preciso esclarecer que modalidade de oferta não tem vínculo com o tipo de educação. Alunos aprendem em encontros presenciais, em atividades virtuais e mediadas por tecnologia.

Mesmo assim, existe a demanda por separar tudo em caixas como se não houvesse conexão entre todas. Tal realidade é a que move no Brasil a educação, que precisa de rótulos e designações para ser gerida e controlada, voltada ao modelo tradicional de pensar.

Enquanto ao redor do mundo, professores dedicados e comprometidos já são premiados com NFTs, sigla em inglês para token não fungível – e que na prática é um ativo digital criptográfico que representa algo único, como uma ação de empresa de capital aberto –, não chegamos nem perto de discutir um modelo de remuneração variável de docentes destacados. Muito menos de recursos tecnológicos e formas modernas de investimentos.

Claro que assistir as palestras destes congressos, presencialmente, fortalece a segurança da retomada. Mas voltamos ao lugar comum anterior a março de 2020, quando a pandemia se alastrou por aqui. Reconheço o importante impacto emocional de estarmos reunidos, mas decepciona ver que nada avançou na política pública, apesar de todas as lições deixadas pelo isolamento.

César Silva é especialista em gestão educacional, atual presidente da Fundação FAT

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997

Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W

Parque Mansões - CEP:78300-000

Tangará da Serra - MT - Brasil

f

www.facebook.com/jornalds

ig

@diariodaserra

NESTA QUARTA

Sema entrega Licença de Instalação para captação de água do Sepotuba

Melhorias já foram realizadas no local

O ato de entrega do documento acontecerá nesta quarta

REDAÇÃO DS / Serra FM

Os trabalhos de instalação da tubulação da adutora que levará água bruta do Rio Sepotuba até a Estação de Captação, Tratamento e Distribuição de Água (ETA), no rio Queima Pé, estão prestes a iniciar.

Nesta quarta-feira, dia 11 de maio, a Prefeitura e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae) de Tangará da Serra receberão de forma definitiva e oficial a Licença de Instalação da tubulação para captação de água do Sepotuba, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

A entrega do documento foi confirmada pelo diretor da unidade desconcentrada da Sema em Tangará da Serra, Jefferson Zucchi. O ato oficial de entrega da licença acontecerá na Prefeitura Municipal, nesta quarta-feira, a partir das 8h. “Nós estaremos nesta quarta-feira, 11, a partir das 8h, na Prefeitura Municipal, realizando a entrega da Licença Ambiental de Instalação da captação de água do Sepotuba. O ato será na unidade local da Sema”, informa o diretor.

“A licença de instalação saiu neste momento, com base nos projetos apresentados, que foram avaliados. Houveram algumas alterações e a licença foi emitida e será entregue coincidentemente nesta semana de comemoração do Município de Tangará”, completa. Nesta sexta-feira, dia 13 de maio, Tangará da Serra completa seu 46º aniversário.

“Uma obra muito almejada por toda Tangará da Serra”.

Vale lembrar que no local onde serão instalados os tubos as obras estão bem adiantadas. Já foram construídas estradas, entre outras melhorias nas áreas privadas, para posterior instalação da tubulação e acesso às margens do rio.

TROCA SUSPENSA

Mendes diz que Emanuel induziu TCU ao erro em decisão sobre BRT

CÍNTIA BORGES / Midia News

O governador Mauro Mendes (União Brasil) afirmou que o ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), foi “induzido ao erro” ao determinar a paralisação do processo licitatório do BRT (ônibus de trânsito rápido).

A decisão liminar (provisória) publicada na última sexta-feira, 6, acata pedido do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), que solicitou a suspensão das obras por não ter sido "ouvido" na decisão que trocou o modal. O argumento é rebatido pelo Governo.

“Isso foi um grande equívoco do TCU. Importante dizer que a Prefeitura induziu o TCU ao erro. Então, isso para mim são favas contadas, é um pequeno detalhe. Com certeza, conseguiremos a construção do BRT”, afirmou o governador.

Mendes afirmou que irá mostrar ao ministro do TCU que o primeiro “equívoco” é a respeito da verba utilizada para a construção do modal. É que as obras do VLT foram feitas com recursos de um empréstimo da Caixa Econômica Federal, e não do Governo Federal, como alegado por Emanuel.

Ele ainda lembrou que, no fim do ano passado, o empréstimo foi quitado em sua totalidade no valor de R\$ 572 milhões.